

Panorama Econômico

Silvia Faria (interina)

■ DE BRASÍLIA



Síntese Pública

Rolagem de R\$ 75 bi

O Governo vai destacar técnicos com experiência em finanças públicas para formar uma espécie de missão negociadora com os estados que desejarem assinar acordos para a rolagem de suas dívidas, que somam hoje R\$ 75 bilhões. Os negociadores discutirão com os estados, individualmente, planos de ajuste e de reestruturação administrativa, com metas de desempenho periódicas para gastos com pessoal; redução da dívida contratual; aumento da arrecadação e controle do déficit global.

O não cumprimento de determinada meta implicará na execução das garantias (receitas dos tesouros e/ou das estatais estaduais) ou na suspensão de parcelas dos empréstimos federais. Os bancos federais participarão com concessão de financiamentos e o Tesouro dará avais ou repassará diretamente empréstimos do Banco Mundial. Estes recursos serão destinados ao pagamento de despesas emergenciais, como salários atrasados ou dívidas junto ao sistema financeiro. Mato Grosso, Alagoas e Piauí, por exemplo, estão neste grupo.

— Não vamos liberar recursos, tirar os estados da crise, para depois assistir ao

desmoronamento de todo o esforço — disse um dos elaboradores do programa.

A filosofia do programa da rolagem é uma abordagem ampla dos desequilíbrios estruturais (deficiência da arrecadação, empresas deficitárias, dívidas passadas etc) e conjunturais (agravamento do endividamento decorrente dos juros, aumento da folha deixado pelo governo anterior etc).

O Governo já admite incluir dívidas das estatais nas parcelas referentes às dívidas contratuais dos estados (11% da receita). Entram as dívidas no passivo rolado e também a receita das estatais, de forma que os 11% também crescem. Assim, não será preciso alterar a lei 8.727.

As dívidas resultantes das antecipações de receitas orçamentárias (ARO) tomadas junto a bancos devem ficar para uma segunda etapa. Não há também uma definição para a dívida mobiliária, que entrará na terceira etapa do programa.

Com a reprogramação dos débitos, o déficit do setor público fica equacionado no tempo, os estados ganham fôlego para administrar e o Governo adquire garantias contra futuros calotes.